

STJ vai decidir sobre retroatividade de novas regras de execuções

06/06/2023

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça vai decidir, em julgamento de recursos repetitivos, se as regras trazidas pela [Lei 14.195/2021](#) para que conselhos profissionais executem dívidas judicialmente podem ser aplicadas a execuções fiscais propostas antes da sua entrada em vigor.

Lucas Pricken/STJ



Ministro Mauro Campbell Marques, relator dos recursos repetitivos Lucas Pricken/STJ

A controvérsia foi cadastrada como Tema 1.193 e tem como relator o ministro Mauro Campbell Marques. O colegiado determinou a suspensão de todos os processos que envolvam a questão.

A lei de 2021 alterou a [Lei 12.514/2011](#). Até então, os conselhos profissionais não podiam executar dívidas referentes a anuidades inferiores ao quádruplo do valor cobrado anualmente da pessoa inadimplente. Agora, a vedação também vale para dívidas de outras origens, como multas por violação da ética, e somente para aquelas com valor total inferior ao quádruplo do valor de anuidades cobrado para profissionais de nível superior. Nesses casos, a execução fiscal deve ser arquivada.

A redação original também previa que tais regras não impediam a promoção de medidas administrativas de cobrança, a aplicação de sanções por violação da ética ou a suspensão do exercício profissional. Já a nova redação cita apenas medidas administrativas de cobrança, como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa.

O relator destacou que a norma mais recente alterou significativamente as hipóteses de execução das dívidas, especialmente o valor mínimo e a abrangência da regra.

Campbell Marques também destacou a existência de posições divergentes entre os tribunais de segunda instância e o grande número de recursos sobre o tema. *Com informações da assessoria de imprensa do STJ.*

REsp 2.029.970

REsp 2.029.972

REsp 2.030.253

REsp 2.031.023

REsp 2.058.331

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jun-06/stj-decidir-retroatividade-novas-regras-execucoes/>